

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO

Democracy and totalitarianism

Daniel Arruda Nascimento¹

Resumo: As notas a seguir traduzem a exposição inicial sobre o tema *Democracia e totalitarismo*, preparado para o eixo político do projeto de extensão Café Filosófico, ainda sob o calor da tese de doutorado que defendi meses antes, com o título *Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben*. Nesta ocasião, com o objetivo de propiciar um momento de recuperação e problematização de noções que costumeiramente tomamos como dadas, procurei aproximar os fenômenos políticos compreendidos por democracia e totalitarismo. Optei, assim, por priorizar as principais características conceituais dos regimes democráticos e totalitários, com a finalidade de evidenciarmos suas diferenças e, quem sabe, percebermos que, nas suas realizações factuais, pontos de intercessão e indeterminação podem ser identificados.

Palavras-Chave: Filosofia Política, Democracia, Totalitarismo

Summary: The following notes translate the initial exposition about *Democracy and totalitarianism*, prepared for the political axis of the extension project Café Filosófico, still under the influences of the thesis written by me just some months before, entitled *From the end of the experience to the end of the juridical: course of Giorgio Agamben*. In this occasion, aiming to promote a moment in order to recuperate and put into question notions which we usually accept as definitively given, I tried to approximate the political occurrences called democracy and totalitarianism. Here, we shall work with the main conceptual features of the two mentioned regimes, apprehending their differences; however, in that way, we may also be able to realize that, in their factual versions, points of interception and indetermination could be identified.

Keywords: Political Philosophy, Democracy, Totalitarianism

Introdução

Democracia e totalitarismo: como comparar duas realidades teóricas inteiramente distintas sem recair num discurso exagerado e inconsistente? Seria bastante natural estranhar a comparação, ou recebê-la como uma ofensa. Democracia é o regime político no qual todo poder emana do povo e por ele é exercido, mesmo que para tanto uma transmissão representativa seja indispensável, garantidos certos meios de participação direta e indireta. Historicamente, a democracia vem como resposta a todo sistema de

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí e Professor do Mestrado em Ética e Epistemologia. Coordenador do Projeto de Extensão Café Filosófico, desenvolvido durante os meses letivos de 2010 e 2011, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos.

opressão exterior ou interior. A sua instituição está ligada ao sentimento de liberdade, evoca os valores da autodeterminação e autogestão, a cruzada de concretização de princípios e ideais, tais como os cabedais de liberdade e igualdade. Totalitarismo é em princípio qualquer outra coisa tão distante de democracia que a sua simples menção já seria suficiente para afastar qualquer referência ao imaginário democrático. Em torno da noção de totalitarismo se inscreve algo muito diverso da democracia, com o agravante de ser tão mais sombrio e pior, algo que se deve rechaçar como absurdo.

Coube a mim preparar uma exposição sumária sobre *Democracia e totalitarismo*, um tema que pode certamente ser abordado de diversos ângulos. Poderíamos, por exemplo, recuperar os dados históricos dos momentos em que os fenômenos democráticos e totalitários apareceram com maior vigor. Poderíamos, por outro lado, comparar atitudes democráticas e totalitárias da política internacional atual. Nessa breve introdução ao tema que será posteriormente submetido a debate, optei, no entanto, por priorizar as principais características conceituais dos regimes democráticos e totalitários, com a finalidade de evidenciarmos suas diferenças e, quem sabe, percebermos que, nas suas realizações factuais, pontos de intercessão e indeterminação podem ser identificados. Tendo em mente a orientação para fins didáticos, o texto se encontra topicalizado e não se demora demais em cada tópico. Tratemos portanto primeiramente da democracia. Logo em seguida será a vez de totalitarismo. Ao final, faremos o cruzamento das notas.

Democracia

Início com três interrogações. Primeiro: por que é difícil dizer o que é democracia? Segundo: por que é positivo ostentar a imagem de democracia? Terceiro: por que poucos conseguem efetivamente optar por decisões democráticas? Tento responder. Embora estejamos imersos em um ambiente que se considera democrático, temos dificuldades em conceituar democracia. Sem levar em conta a dificuldade natural de se compreender e de se definir aquilo que está mais próximo a nós, eu diria que isso se deve ao fato de lidarmos com uma palavra bastante gasta, hoje talvez vã, exageradamente usada pelos ambientes que freqüentamos sem nenhum cuidado com a fidelidade do que é dito. Isso nos confunde e não sabemos mais o que é democracia e o que não é. Por que então, mesmo sem sabermos se somos ou não democráticos, ou mesmo que tenhamos a suspeita que fraudamos alguns dos preceitos basilares da democracia, procuramos ostentar a imagem de democracia? (Refeita a pergunta, ela ficaria assim: por que o pior ditador pode

se esconder atrás do senhor bonzinho ou da senhora fofinha?). Verifica-se que a aura democrática tende, pelo menos no mundo ocidental, a atribuir a si um ar superior. O rótulo de democracia lembra princípios que gozam de uma boa reputação, como aquele da liberdade. Se é assim, por que aqueles que exercem algum tipo de poder se sentem desamparados no momento de optar por decisões democráticas? Por que muitos ainda optam pela política dos coronéis? Quem decide pela democracia, assume o risco de ser contrariado. Quem coloca algum assunto em discussão ou quem sugere uma votação, corre o risco de perder.

Retomemos portanto alguns tópicos importantes para a definição do que seja democracia². A palavra *democracia* tem origem clássica na Grécia Antiga. Em uma determinada época política de ouro, as decisões da cidade eram tomadas em assembléia popular aberta à participação de todos os cidadãos. Tínhamos aí um modelo que notabilizou-se com o nome de democracia direta.

A palavra grega *democracia* é composta de *demos*, traduzida para o latim como *populus*, que significa povo, e *kratos*, que significa poder. Realizando a conjunção temos: poder do povo. Democracia é o regime político no qual é o povo quem comanda. Para usar um jargão conhecido: todo poder emana do povo.

O regime democrático parte do pressuposto de que os *homens sejam livres* e tenham a capacidade de decidir sobre o melhor caminho para si. A sua instituição moderna está fortemente ligada ao princípio de autodeterminação ou ao direito de autogestão. Cada comunidade pode se organizar como lhe parecer melhor, tendo a faculdade de resistir contra imposições externas. (Encontramos aí o radical do princípio de liberdade política. Notemos que a instituição da lei não diminui a liberdade de cada um, mas torna possível a convivência de várias liberdades).

Uma nova modalidade de democracia surge quando os Estados se convertem em extensas unidades territoriais e populacionais. Essa modalidade será conhecida como democracia indireta ou representativa. Em função da impossibilidade física e temporal de se contar com uma assembléia que reúna todo o povo de um grande país, a titularidade do poder pertence ao povo mas o seu exercício se dará através de representantes escolhidos para tal fim.

² A primeira parte desta intervenção é produzida seguindo-se em parte a sistematização feita pelo professor italiano Giovanni Sartori em *La democrazia in trenta lezioni*, Milano: Mondadori, 2008. Lá encontrei uma interessante frase: “nós estamos vivendo além e acima do nosso entendimento. Quanto mais avançamos na reconstrução dos sistemas políticos, quanto mais sou tomado da suspeita de que somos bruxos aprendizes” (pp. 93-94). Tento extrair aqui o que seja democracia na sua versão mais nua, sem levar em conta que a experiência moderna de democracia remeta necessariamente à configuração de democracia enquanto democracia liberal ou burguesa.

A democracia se apóia no *princípio da maioria*. Isso é dizer que os pleitos se realizam segundo o critério majoritário. As demandas públicas são decididas com fulcro na vontade do maior número. Vemos aí a presunção de que a maior parte é a melhor parte (uma assertiva nem sempre verdadeira, diga-se de passagem; todos nós conhecemos um ditado que diz que a unanimidade é burra, reconhecendo que uma opinião isolada possa ter maior valor que o senso comum). Mas isso não significa que a maioria governe para si, ela governa para todos, uma vez que ao lado do princípio da maioria se encontra o primado pelo respeito aos direitos da minoria. (Notemos que o fato do processo eleitoral tornar a maioria uma minoria governante não a desqualifica como expressão da vontade majoritária).

A democracia funda-se na *opinião pública*, expressada, no caso de uma democracia representativa, no momento da eleição e, cotidianamente, com a garantia da liberdade de expressão (e de associação em torno de idéias e concepções).

Funda-se igualmente sobre o conceito de *participação política*, ou seja, a mobilização voluntária e ativa de cada pessoa envolvida na constituição da comunidade.

Compreende momentos de deliberação precedidos de momentos de *discussão pública* a respeito das questões que serão decididas.

Funda-se no *dissenso* e na possibilidade de suportarem-se posições contraditórias.

Funda-se no *pluralismo*, na conservação e defesa das diferenças entre tradições e culturas e no princípio da tolerância (o direito à liberdade de crença e de convicções filosóficas, entre outros, é expressão de uma sociedade que se pretenda plural).

Funda-se sobre *valores metapolíticos* como liberdade, igualdade³ e fraternidade e sobre a necessidade de se lutar pela efetivação desses valores.

A democracia guarda em si um sentido ideal, isto é, pode ser prescrita pelo desejo de uma sociedade, tanto no modo de uma utopia contemplativa quanto no modo de um projeto de ação.

Se o conceito de democracia serve de paradigma para se classificar um determinado regime político, para se concluir se ele é ou não democrático, ou se possui ou não elementos democráticos, serve também como gênero de grau na comparação entre duas realidades ou dois atos: uma realidade ou um ato pode ser mais democrático que outro.

Compreende tipos de degeneração em diversos níveis: desde a demagogia

³ Entendida em termos de igualdade proporcional ou igualdade de oportunidades.

(em que os governantes deixam de governar visando o bem comum e o fazer para si próprios) e o autoritarismo (em que os governantes abusam da autoridade na qual foram investidos), até o totalitarismo (em que toda a realidade é transfigurada em função de uma intervenção dominante e violenta dos que governam).

Para se entender o que é democracia, pode ser útil perceber o que o uso adequado do conceito exclui. Há certas atividades que parecem democráticas mas não o são. Alguns exemplos: convocar uma reunião para que algumas decisões sejam tomadas na qual as decisões já foram previamente tomadas; promover debates públicos em que certas opiniões sejam desde o início rechaçadas por um ambiente de ameaça ou pela anterior formação de cartéis ideológicos, estabelecidos na dinâmica da troca de favores; patrocinar a publicação de informações quando outras informações condicionantes permanecem secretas ou não sujeitas ao quadro de transparência. São apenas alguns exemplos.

Totalitarismo

Chegou a vez de verificarmos o que vem a ser totalitarismo. O dicionário escolar de Aurélio Buarque de Holanda o conceitua da seguinte maneira: sistema de governo em que um grupo centraliza todos os poderes políticos e administrativos⁴. Trata-se de um conceito limitativo mas abrangente demais, uma vez que deixa de elencar uma série de outras características pertinentes. Para compreendermos o fenômeno totalitário penso ser indispensável acompanhar o imenso trabalho de Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo*, especialmente na sua terceira parte. As suas páginas não somente identificam e investigam as suas extremas irrupções, como oferecem o balizamento necessário para a delimitação das zonas atingidas. Partindo do exame dos regimes nazista na Alemanha e stalinista na extinta União Soviética, a autora dispõe em camadas uma série de características do totalitarismo. Somente a enumeração das qualidades já assusta quando se trata de uma investida que pretenda, com base na lista, estabelecer uma coluna paralela para decodificar em contraste a democracia.

O totalitarismo seria um evento plasmado na história da humanidade pelos acontecimentos do século vinte. É preciso reconhecer, com a anuência de uma linha de interpretação majoritária, que o totalitarismo representa uma absoluta novidade com relação ao que se viu antes dele. Essa é a opinião de Hannah Arendt em *Origens do*

⁴ FERREIRA, A. B. de H. *Minidicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 473.

totalitarismo e outros escritos⁵. A autora reitera de maneira enfática a extrema novidade da experiência do domínio totalitário, entendendo que os métodos usados por este último diferem essencialmente de todas as outras formas de opressão política conhecidas. Os regimes totalitários conhecidos foram forjados por ideais diversos e operaram por outros meios que, por exemplo, os Estados absolutistas dos séculos dezesseis e dezessete. Embora o movimento totalitário, ao menos na sua vertente nazista, tenha se apropriado de compostos que já existiam antes dele, tais como o racismo, o imperialismo e o bonapartismo, isso não significa que a filiação ocorra de modo automático. Os sistemas políticos podem se utilizar de elementos ideológicos e políticos gestados anteriormente por outros, radicalizando-os e mudando em maior ou menor medida o grau e o sentidos deles⁶.

Como o próprio nome deixa entrever, o totalitarismo é um regime de governo que possui a pretensão à *universalidade*. Isto é dizer que ele exclui por definição a possibilidade de existirem outras manifestações políticas diferentes de si. A sua instituição quer abarcar todo o universo conhecido.

O totalitarismo se baseia na convicção de que há um *destino para a história* e que esse destino se cumpre na noção de progresso, de evolução. Apesar disso, confiando firmemente na onipotência do homem, ele se estrutura com escólio no *culto da personalidade do líder* e na centralização do poder em suas mãos e de uma elite fiel. Como efeito colateral, temos a confusão entre o poder real e o poder aparente, ou seja, não se sabe ao certo onde encontrar as fontes do poder e de onde elas auferem sua legitimidade. Outro efeito colateral é a geração do sentimento de fanatismo para os integrados em suas fileiras, tornando os funcionários do governo cúmplices dos abusos eventualmente cometidos.

O totalitarismo tem como forte aliado o *processo de massificação*, isto é, a redução da população a uma massa uniforme. O convencimento e o apoio das massas se dão através de um sistema coerente de argumentação, que conta com o império das estatísticas e do argumento científico e abusa do uso da propaganda e da doutrinação, prósperos no clima de fuga da realidade para a ficção e na criação de mentiras e mitos.

O totalitarismo se utiliza do elogio da *organização* como ideologia e confia na multiplicação dos aparelhos burocráticos. O regime totalitário se utiliza da promoção da

⁵ *Origens do totalitarismo*, tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 512. Cf. também *Que é autoridade?* in *Entre o passado e o futuro*, tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 133. O sistema totalitário de governo não seria comparável com nenhum outro, mesmo com as mais terríveis ditaduras, uma vez que elimina não somente a liberdade e a possibilidade de ação, mas a própria espontaneidade do homem.

⁶ Essa é a opinião do professor Ruy Fausto. Cf. *Totalitarismo* in NOVAES, A. (org.) *A crise do Estado-nação*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 285-286.

excelência na escolha dos meios mas, por outro lado, tem como princípio a superioridade dos fins sobre os meios. As suas próprias leis, por exemplo, se antes eram úteis mas passam a atrapalhar a consecução dos fins almejados, deixam de serem respeitadas sem qualquer cerimônia ou processo legislativo regulamentado.

Mas o totalitarismo, e talvez essa seja a sua face mais conhecida, também se funda na supremacia do *poder de polícia*, isto é, na restrição e na privação das liberdades individuais, utilizando-se, se necessário for, de uma força bruta desproporcional e de instrumentos de ameaça e terror.

Os efeitos do totalitarismo sobre a condição humana são assustadores: mais do que apenas provocar a solidão humana e reduzir as suas vítimas à completa passividade, ele elimina a possibilidade mesma da ação humana. Nos casos extremos, ele destrói não apenas a liberdade humana, mas a espontaneidade e os vestígios da dignidade humana, produzindo animais e cadáveres. Nos campos de concentração nazistas, encontramos a figura paradigmática do *Muselmann*: aquele homem raquítico, desnutrido, esfarrapado e sujo, que havia perdido toda esperança, entregue à fatalidade ou abandonado incondicionalmente à vontade de Deus, denominado assim por derivação da palavra *muslim*, em português *muçulmano*, por lembrarem seus movimentos corporais os gestos dos árabes em oração (por ficarem agachados ou ajoelhados ao solo, com o rosto rígido como uma máscara, num movimento oscilatório, cambiante e intermitente)⁷. De acordo com uma testemunha ocular, “o assim chamado *Muselmann*, como na linguagem do campo vinha a ser chamado o prisioneiro que havia abandonado toda esperança e era abandonado pelos companheiros, não possuía mais uma consciência em que bom e mau, nobreza e baixeza, espiritualidade e não espiritualidade pudessem confrontar-se. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas para sempre em agonia”⁸.

Democracia e totalitarismo

Provemos agora pensar juntos democracia e totalitarismo. As comparações que aqui teriam lugar poderiam se estender ao infinito. Algumas das mencionadas características do sistema totalitário são encontradas com maior ou menor envergadura nos

⁷ AGAMBEN, G. *Quel che resta di Auschwitz: l'archivio e il testimone*, Torino: Bollati Boringhieri, 2005, pp. 39-40.

⁸ AMÉRY, J. *Un intellettuale a Auschwitz*, p. 39, *apud* AGAMBEN, G. *Quel che resta di Auschwitz*, p. 37, ligeiramente modificado. Recentemente, a editora Companhia das Letras publicou em português o que parece ser o único relato autobiográfico produzido nos campos de concentração, em Auschwitz e Plaszow, o livro *Os belos dias da minha juventude* da atriz e escritora romena Ana Novac, prisioneira em 1944, aos 15 anos de idade.

regimes democráticos. Não é difícil reconhecer que as democracias que conhecemos operam com uma série de instrumentos também utilizados pelo totalitarismo, tais como o movimento de massa e o culto do progresso, embora se afastem de outros. Mesmo bastante reticente com relação a comparações do tipo, a própria pesquisa de Hannah Arendt deixa entrever alguns laços de filiação, como, por exemplo, o fato da propaganda nazista ter, confessadamente, aprendido com a publicidade comercial americana da democracia capitalista⁹. Se a propaganda totalitária prefere, ao invés de ameaças diretas e exposição de crimes, o uso de insinuações indiretas e ameaças escamoteadas, e o auxílio da ficção e da capacidade de mentir, a publicidade democrática – tanto na sua versão privada quanto pública, tanto na venda de sabonetes quanto na educação para a cidadania – não fica nada a dever: há imagens e argumentos para provar que quem trabalha duro enriquece, ou que associam a figura do eleitor à de um empresário e a do candidato eleito à de um preposto subalterno a seu serviço. De todo modo, entretanto, está claro que uma simples comparação do gênero não autoriza equiparar democracia e totalitarismo: dois objetos podem possuir as mesmas qualidades e serem ainda distintos. Além disso, certos costumes podem se proliferar independente do sistema no qual estão envolvidos, sem que constituam características próprias suas.

Por outro lado, alguns elementos bastante atuantes no cenário político nos fazem desconfiar que espectros do domínio totalitário ainda trabalhem por trás das cortinas democráticas. Há pontos de equivalência que não são facilmente escondidos. Mesmo Hannah Arendt parece recuar quanto à durabilidade das conseqüências do totalitarismo ao fazer a seguinte observação conclusiva: “se é verdade que podemos encontrar os elementos do totalitarismo se repassarmos a história e analisarmos as implicações políticas daquilo que geralmente chamamos de crise do nosso século, chegaremos à conclusão inelutável de que essa crise não é nenhuma ameaça de fora, nenhuma conseqüência de alguma política exterior agressiva da Alemanha ou da Rússia, e que não desaparecerá com a morte de Stálin, como não desapareceu com a queda da Alemanha nazista. Pode até ser que os verdadeiros tranSES do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado”¹⁰. Em duas frases, três afirmações: o domínio totalitário não é o resultado de dois gênios loucos ou de decisões políticas absolutamente pontuais; por este motivo, ele não desaparecerá completamente com o fim da sua inflamação crítica; ele não pertence

⁹ Cf. *Origens do totalitarismo*, p. 394.

¹⁰ *Origens do totalitarismo*, p. 512.

inteiramente ao passado e contamina os transe do nosso tempo atual. Alguns elementos ou traços do totalitarismo podem ter permanecido no tempo e subsistido no sistema democrático de governo, determinando, ainda que de modo sutil, o seu funcionamento.

Partimos do pressuposto amplamente aceito segundo o qual um governo democrático é sempre superior ao não-democrático. Por uma série de razões, a democracia deve em princípio ser considerada um modo de organização política superior: ela trouxe muitos ganhos em relação aos modos anteriores conhecidos. Se considerarmos a questão por um ângulo histórico-material, entretanto, algumas dúvidas podem ser suscitadas. Tomemos um exemplo concreto sugerido pelo historiador egípcio Eric Hobsbawm em um livro que pretende pensar os desafios atuais da democracia. A Colômbia é uma república que, segundo os critérios atualmente aceitos, possui um recorde único na América Latina de uma seqüência praticamente ininterrupta de governos constitucionais representativos democráticos. Dois partidos rivais têm participado da competição e dos debates políticos como requer a teoria. Todavia, mesmo que o país não tenha se envolvido em guerras internacionais, o número de pessoas assassinadas, depreciadas e constrangidas a abandonar suas casas nos últimos cinquenta anos é da ordem de milhões, superando qualquer outro país na América Latina, um continente notoriamente marcado por ditaduras militares¹¹. Podemos notar assim que o bem-estar de um país não depende exclusivamente do ordenamento político a que está sujeito.

Se tomarmos como parâmetro o respeito aos direitos humanos, o curto da diferença entre democracia e totalitarismo também não se resolve facilmente. Um professor francês que trabalhou por anos em São Paulo sublinha que no totalitarismo “vemos bem que os direitos do homem são anulados [...] Porém seria alimentar ainda um equívoco afirmar: aqui onde estamos esses direitos existem. Com efeito, quanto mais estivermos fundados para julgar que é da essência do totalitarismo recusá-los, tanto mais devemos abster-nos de lhes conferir uma *realidade* na nossa própria sociedade”¹². A afirmação recupera algo que qualquer habitante de cidade grande está em vias de reconhecer: a simples enumeração de direitos no texto constitucional não garante que eles sejam na prática respeitados.

A democracia moderna assenta na reputação heróica de ter realizado ao fim a liberação da vida, de ter consagrado como bens inalienáveis a liberdade e a felicidade dos

¹¹ HOBBSAWM, E. *La fine dello Stato*, traduzione di Daniele Didero, Milano: Rizzoli, 2007, pp. 47-48.

¹² LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*, tradução de Isabel Marva Loureiro, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 57, grifo do autor.

homens. Precisamos então compreender porque a democracia se revelou, no último século, incapaz de proteger essa mesma vida humana, permissiva ao sucumbir definitivamente à pungente expropriação da experiência humana e aos horrores do evento totalitário. Dito de modo simples: por que a democracia foi incapaz de proteger a vida?¹³. É preciso responder por que o regime democrático é incapaz de proteger aquilo que consagra como valor inalienável, não somente por ter cedido diante da estrutura totalitária de governo, mas na sua recente e definitiva transmutação em sociedade ideal. Por que do interior dos regimes democráticos ainda escutamos o grito de muitos inocentes e por que esses gritos são ainda em grande parte provocados por aqueles que têm como função defender o regime?

Na sua expressão mais capilar, o totalitarismo possui a habilidade de se apresentar sob muitas metamorfoses. Toda vez que visualizamos por sobre um aquário de conceitos a situação de uma vida desprovida de direitos, exposta à morte ou levada ao limite, nos encontramos virtualmente diante de um ambiente totalitário, independente dos crimes ou atos violentos que são aí cometidos, e mesmo que prevaleça natural a imagem de democracia¹⁴. Estamos diante de um misto entre democracia e totalitarismo toda vez que a estrutura excludente é reproduzida. Podemos dar alguns exemplos. Em comunhão com o controle da população materializado por outros países europeus ocidentais, tais como a Alemanha e a França, a Itália criou em 1998 centros de detenção administrativa para estrangeiros indesejados, isto é, não vinculados ao contrato de trabalho, nomeados, não sem uma pitada de ironia e eufemismo, de *Centri di permanenza temporanea e assistenza*. Dispensável acrescentar que as condições de vida nesses centros são bastante difíceis e as violações aos direitos humanos freqüentes. Além disso, para que não se afastem demais do controle institucional, os recolhidos são submetidos à vigilância de câmeras de segurança e de policiais¹⁵. Entre nós, encontramos estruturas semelhantes a céu aberto nas favelas e assentamentos dos grandes centros urbanos e no confronto de camponeses e populações indígenas com policiais ou jagunços de fazendeiros e latifundiários no interior. Diante de um poder policial imensamente superior, a penumbra ou a distância do ambiente esmo

¹³ Essa é a questão de Giorgio Agamben em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, tradução de Henrique Burigo, Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 17.

¹⁴ Cf. AGAMBEN, G. *Homo sacer*, p. 181.

¹⁵ Sobre as condições precárias nos centros de permanência italianos pode-se consultar por exemplo o relatório publicado pela organização Medici Senza Frontiere em 2005: *Centri di permanenza temporanea e assistenza – Anatomia di un fallimento*, Sinnos Editrice. Pela redação do artigo 9 da Lei 125/98 os centros de permanência receberam um novo nome para indicar diretamente a sua finalidade: *Centri di identificazione ed espulsione*. O governo italiano, no entanto, tem se mostrado insatisfeito com os resultados obtidos e preparou para agosto de 2009 uma nova lei criminalizando a imigração ilegal, obrigando os funcionários públicos a denunciar os imigrantes sem registro e criando a possibilidade de cidadãos voluntários autorizados patrulharem as ruas do país através de rondas.

infiere ao cidadão comum um medo que somente pode ser aliviado pela convicção do sentimento ético daquele que o intercepta, ou expresso de outro modo, pela sorte. Somos no cotidiano surpreendidos por situações que podem se repetir tanto sob a abóbada do domínio totalitário quanto sob a égide da democracia.

Para concluir essa primeira parte da noite e possibilitar a abertura do espaço para as considerações e interrogações de vocês, para iniciarmos o nosso debate, gostaria de acrescentar uma última observação: há profundas diferenças históricas e conceituais entre democracia e totalitarismo, dois regimes compreendidos como antagonônicos. Nosso desafio é ter a coragem de denunciar onde esse antagonismo perde sua força, onde é possível encontrar pontos de intercessão. Quem pretende defender a democracia não pode deixar de apontar onde ela se torna mais falsa, onde ela se torna apenas um dispositivo de retórica.

Referências

AGAMBEN, G. *Quel che resta di Auschwitz: l'archivio e il testimone*. Torino: Bollati Boringhieri, 2005.

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo, Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. *Que é autoridade?* in *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTO, R. *Totalitarismo* in NOVAES, A. (org.) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HOBSBAWM, E. *La fine dello Stato*. Traduzione di Daniele Didero, Milano: Rizzoli, 2007.

LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Tradução de Isabel Marva Loureiro, São Paulo: Brasiliense, 1987.

SARTORI, G. *La democrazia in trenta lezioni*. Milano: Mondadori, 2008.